

Contrato n.º 023/10, de serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de condicionamento de ar e ventilação no prédio-sede da Subseção Judiciária de Curitiba, firmado entre a Justiça Federal de Primeiro Grau no Paraná - Seção Judiciária do Paraná e a empresa GOOD SERV DE CLIMATIZAÇÃO LTDA.

PA: 09/3023648.3

Pregão Eletrônico 007/10

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO PARANÁ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, com sede na Av. Anita Garibaldi, 888, em Curitiba - PR, inscrita no CNPJ /MF sob o n.º 05.420.123/0001-03, representada neste ato pelo Exmo. Sr. Juiz Federal Diretor do Foro Dr. Danilo Pereira Júnior, brasileiro, magistrado, portador da Carteira de Identidade n.º 33689152 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n.º 567.163.899-20, residente em Curitiba-PR, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa GOOD SERV DE CLIMATIZAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ/MF 04.437.658/0001-16, com sede em Pinhais - PR, na Rua Luis de Camões, 798, representada neste ato pelo seu Sócio-Diretor, Sr. Luiz Olmiro Velasques, inscrito no CPF/MF sob n.º 456.874.479-20, a seguir denominada CONTRATADA, celebram o presente instrumento de execução de **serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de condicionamento de ar e ventilação no prédio-sede da Subseção Judiciária de Curitiba**, por regime de execução indireta, oriundo do Pregão Eletrônico nº 007/10, estando vinculado ao Edital da referida licitação e à proposta da licitante vencedora, com autorização para lavratura através de ato do Diretor do Foro de fls. 336, do Processo n.º 09/3023648.3, sujeitando-se as partes às determinações da Lei n.º 8.666/93 e demais legislação complementar vigente e pertinente à matéria, e com as seguintes cláusulas:

I. OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **serviços de operação e manutenção preventiva e corretiva do sistema de condicionamento de ar e ventilação no prédio-sede da Subseção Judiciária de Curitiba**, conforme especificação constante do Anexo I do edital do Pregão Eletrônico nº 007/10, que passa a ser o Anexo I deste contrato.

II. GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

2.1. Os executores (gestor e fiscal) do contrato são servidores da CONTRATANTE, por esta especificamente nomeados, para a função de acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos termos do presente contrato por parte da CONTRATADA.

2.2. Para efeito do disposto acima, a fiscalização realizada pelos executores do contrato será exercida em benefício e no interesse da CONTRATANTE, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

2.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto deste contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA.

2.4. A CONTRATANTE poderá, ainda, solicitar a troca de funcionário da CONTRATADA que porventura se negar a cumprir as determinações da CONTRATANTE.

2.5. Para efeito do presente contrato, a CONTRATANTE nomeia o Supervisor do Setor de Manutenção Predial para desempenhar cumulativamente as atividades de Gestor e de Fiscal do Contrato.

2.6. A CONTRATADA deverá designar preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato (art. 68 da Lei 8.666/93). A indicação do referido preposto deverá ser comunicada aos executores do contrato até a data de iniciação dos serviços.

III. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. A CONTRATADA deverá realizar os serviços descritos no Anexo I – Termo de Referência – do Edital que passa a ser o Anexo I do presente Contrato.

3.2. Executar os serviços objeto deste contrato com observância de todas as leis, regulamentos e normas técnicas pertinentes.

3.3. Atender rigorosamente às especificações e obrigações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Contrato – e ao Edital do Pregão Eletrônico, quanto aos horários, locais, frequência e serviços a serem executados.

3.4. Providenciar, já no primeiro dia de execução dos serviços, que o profissional, qualificado e devidamente registrado no órgão profissional, apresente-se para o executor do contrato;

3.4.1. Na apresentação do profissional, deverá ser apresentada a carteira de trabalho destacado para a prestação dos serviços ora contratados, já devidamente registrada e em total consonância com as exigências da legislação trabalhista, bem como a comprovação da formação acadêmica e o registro no órgão profissional competente;

3.4.2. Sempre que houver substituição de profissional, a CONTRATADA deverá providenciar que o substituto seja apresentado para o executor do contrato juntamente com a comprovação da documentação exigida no subitem acima.

3.5. Responsabilizar-se por eventuais multas e outras quaisquer penalidades ou despesas decorrentes da infração de leis e posturas que se relacionarem com a prestação do serviço contratado, de forma que, em hipótese alguma, tais responsabilidades poderão ser atribuídas à CONTRATANTE.

3.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho que porventura venha a ocorrer com seus prepostos durante a execução do serviço, nos termos da Portaria n.º 3.214, do Ministério do Trabalho.

3.7. Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade do profissional;

3.7.1. O profissional faltante deverá ser substituído no prazo máximo de 1 (uma) hora, a contar do horário previsto para o início da execução dos serviços. O valor deste intervalo de tempo será descontado da fatura mensal referente ao serviço prestado, sem prejuízo da sanção contratual prevista por inadimplemento ou mora;

3.8. Efetuar o pagamento dos salários e de todas as obrigações constantes da Legislação Trabalhista ao profissional disponibilizado para a CONTRATANTE, até o 5.º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços.

3.8.1. O pagamento deverá ser realizado mediante transferência ou depósito direto em conta vinculada ao CPF do trabalhador.

3.8.2. Em caso de falha no cumprimento das obrigações de pagamento de salários e demais verbas trabalhistas, por parte da CONTRATADA, esta autoriza a CONTRATANTE a efetuar desconto na Nota Fiscal da parcela não paga, para que seja efetuado depósito direto na conta vinculada ao CPF do trabalhador que prestou serviço no mês imediatamente anterior, até que ocorra a regularização.

3.9. Encaminhar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes de ter efetuado o pagamento dos salários e de todas as obrigações constantes da Legislação Trabalhista, conforme item acima.

3.10. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

3.10.1. A garantia apresentada pela CONTRATADA conforme instrumento convocatório somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação. Caso a empresa não comprove esse pagamento até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas.

3.11. Renovar a garantia, prestada conforme disposto no Edital, a cada prorrogação efetivada no contrato.

3.12. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como manter a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente contrato.

3.13. Apresentar, no final de vigência do contrato, em caso de rescisão contratual ou quando o empregado deixar de prestar serviços para a Justiça Federal, comprovante de pagamento das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados para outros contratos da empresa, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

IV. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Durante a vigência deste Contrato, serão obrigações da CONTRATANTE:

4.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato, permitindo o livre acesso às instalações, quando assim for solicitado pela CONTRATADA;

4.1.2. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e com a antecedência necessária, as necessidades quanto à prestação ora contratada;

4.1.3. Efetuar o pagamento conforme disposto neste contrato;

4.1.4. Efetuar desconto na Nota Fiscal e depósito na conta vinculada do trabalhador, caso ocorra a hipótese prevista no item 3.8.2.

4.1.5. Manter servidor nas funções de gestor e fiscal do contrato;

4.1.6. Notificar por escrito a CONTRATADA a aplicação de eventual multa, nos termos da cláusula XIII - Penalidades.

V. PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O presente contrato vigorará por doze meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93, e alterações posteriores.

VI. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

6.1. Em sendo adjudicado o objeto da presente licitação, as despesas dela decorrentes correrão por conta do Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001 – Julgamento de Causas na Justiça Federal; Elementos de Despesa: 3390.37.04 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Nota de Empenho n.º 2010NE000614 emitida em 19/02/2010.

VII. PREÇO

7.1. Pelo serviço objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R\$ 17.071,65 (dezesete mil e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos) para os serviços objetos deste contrato.

7.1.1. Será descontado do valor mensal do contrato um percentual referente às provisões de encargos trabalhistas relativas a férias e abono de férias, 13º salário, impacto sobre férias e 13º salário, e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, depositado na conta corrente vinculada.

7.1.2. A parcela glosada do valor mensal do contrato será depositada exclusivamente em banco público oficial, em conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da empresa, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem da Justiça Federal.

7.1.3. A CONTRATADA poderá solicitar autorização para resgatar os valores, referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados, ocorridas durante a vigência do contrato, devendo, para tanto, apresentar à unidade de controle interno ou setor financeiro os documentos comprobatórios da ocorrência de indenizações trabalhistas.

7.1.4. A CONTRATANTE, após confirmada a ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos pela unidade de auditoria, expedirá autorização, a qual será encaminhada à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

7.1.5. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, o comprovante de quitação das indenizações trabalhistas, contados da data de pagamento ou da homologação.

7.1.6. O saldo total da conta corrente vinculada - bloqueada para movimentação - será liberado à empresa, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, ocorrendo ou não o desligamento dos empregados.

7.2. O valor descrito no item acima será correspondente aos serviços efetivamente prestados no mês que antecede àquele em que foi emitida a fatura a ser paga.

7.3. No caso de, em razão de ordem de serviço, faltas ou término de vigência do contrato, quando a prestação de serviço não coincida com o total de dias do mês, o valor relativo aos serviços prestados neste mês será obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

$VEP = \left(QDT \times \frac{VMT}{QRD} \right)$	VEP = Valor a ser Efetivamente Pago relativo ao mês trabalhado parcialmente
	QDT = Quantidade de Dias Trabalhados, contando inclusive finais de semana e feriados subsequentes ao início das atividades.
	VMT = Valor Mensal Total (item 8.1)
	QRD = Quantidade Real de Dias do mês em que foi prestado o serviço.

7.4. Incluídos no preço estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e, ainda, os custos decorrentes da utilização de ferramentas e equipamentos necessários à execução do objeto deste contrato.

VIII. PAGAMENTO

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal relativa ao mês já trabalhado, até o 10.º (décimo) dia útil do mês subsequente, diretamente ao fiscal do contrato, para que o mesmo confira se o serviço foi executado conforme as disposições contidas neste contrato.

Juntamente com a nota fiscal, a CONTRATADA deverá entregar comprovantes de pagamento dos salários e demais benefícios dos funcionários.

8.2. Cabe ao fiscal do contrato atestar, no prazo de 03 (três) dias a partir do recebimento da nota fiscal, que os serviços foram ou não devidamente executados em total consonância com o presente contrato.

8.2.1. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra disponibilizada.

8.2.2. Caso a nota fiscal apresentada esteja em total consonância ao contrato e caso o serviço haja sido devidamente executado e os salários e demais obrigações efetivamente pagos, o fiscal do contrato encaminhará a nota fiscal para o Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças para o devido pagamento.

8.2.3. O pagamento referente ao objeto desta licitação será efetuado mensalmente em moeda corrente nacional, após a autorização de despesa emitida pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, mediante crédito bancário até 05 (cinco) dias úteis do atesto da Nota Fiscal.

8.2.4. Obrigatoriamente deverão constar na nota fiscal o número da conta corrente, da agência e do banco em que a CONTRATADA mantém conta corrente para depósito.

8.3. Por época do pagamento será retido na fonte o imposto sobre a renda de pessoa jurídica (IRPJ), a contribuição sobre o lucro líquido (CSLL), a contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme dispõe a IN n.º 480, da Secretaria da Receita Federal, de 15 de Dezembro de 2004. Essa retenção, no entanto, não recai sobre pessoas jurídicas que optarem pelo SIMPLES.

8.3.1. Para efeito do disposto no subitem anterior, a opção pelo SIMPLES deverá ser demonstrada mediante apresentação do termo de opção ou da ficha cadastral, ambos de competência da Receita Federal e declaração na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal.

8.4. Será retido, se for o caso, o valor de 11% (onze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal, a título de contribuição para o INSS, de acordo com o art. 219, do Dec. 3.048/9.

8.5. Poderá ser retido, ainda, se for o caso, o imposto sobre serviços e serviços de qualquer natureza (ISS/ISSQN), de acordo com a legislação municipal vigente.

8.6. Previamente à realização de todo e qualquer pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, sob pena de inexecução parcial:

8.6.1. Certidão Conjunta Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal;

8.6.2. Certidão Negativa ou positiva com efeitos de negativa de Débitos Relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros – emitida pela Secretaria da Receita Federal;

8.6.3. Comprovante de quitação com débitos decorrentes do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação - FGTS;

8.6.4. Folha de pagamento, relativa ao mês que está sendo pago, de todos os funcionários destacados para a prestação do serviço contratado, conforme conferência de carteira de trabalho, a ser efetuada pelo Fiscal do Contrato;

8.6.5. Guia de Recolhimento do fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, com a relação dos trabalhadores, relativo ao subitem acima;

8.6.6. Comprovante de pagamento de todos os funcionários destacados para a prestação do serviço contratado, do mês imediatamente anterior ao que está sendo pago;

8.6.7. Cópia do contrato de trabalho (este documento deverá ser apresentado somente no pagamento relativo ao primeiro mês de prestação de serviços do funcionário a que se refere);

8.6.8. Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização dos exames médicos (admissionais) (este documento deverá ser apresentado somente no pagamento relativo ao primeiro mês de prestação de serviços do funcionário a que se refere);

8.6.9. Cópia de comprovante de depósito bancário ou transferência bancária na conta do trabalhador comprovando pagamento de salários mensais e adicionais, férias e 1/3 e 13.º

salário (1.^a e 2.^a parcelas), quando da época própria, além de salário-família, caso devido, conforme o artigo 464 da CLT.

8.6.10. Comprovantes de opção e fornecimento do Vale Transporte, quando for o caso;

8.6.11. Comprovantes de recolhimento de contribuição sindical e outras devidas aos sindicatos, se for o caso, na época própria;

8.7. Em relação à comprovação de regularidade exigida, a CONTRATADA poderá substituir a apresentação de documentos por meio da apresentação de extrato obtido do SICAF. Qualquer outro documento não constante do SICAF deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal para processamento do pagamento.

8.8. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, no caso de rescisão do contrato de trabalho e substituição de um funcionário por outro, em relação ao empregado cujo contrato se extinguiu, os seguintes documentos:

8.8.1. o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (quando o funcionário tiver mais de um ano de serviços prestados na empresa, o Termo deverá ser homologado);

8.8.2. Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção de contrato por prazo determinado;

8.8.3. Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico demissional.

8.9. Por ocasião do pagamento, poderá haver retenção de crédito referente ao ressarcimento de eventuais danos provocados pela CONTRATADA, correspondentes ao prejuízo sofrido pela Administração ou multas (principais ou acessórias) que porventura vierem a ser aplicadas à CONTRATADA.

8.10. Verificando a CONTRATANTE que os documentos acima elencados não serão apresentados, lhe cabe o direito de rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades aplicáveis para a CONTRATADA.

IX. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

9.1. Em caso de atraso na emissão da Ordem Bancária, por parte da ADMINISTRAÇÃO, em favor da CONTRATADA, esta terá direito ao pagamento acrescido da variação do IPC-FIPE, desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, consoante o disposto no art. 40, inc. XIV, alínea d, da Lei 8.666/93, desde que requerido pela interessada.

X. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

10.1. Será permitida a REPACTUAÇÃO dos preços dos serviços desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente, apontado na planilha inicial, vigente à época da data-limite da apresentação da proposta, ou da data da última repactuação, pela variação de custos decorrentes da mão de obra vinculados à data base.

10.1.1. A repactuação abrange a atualização dos valores relativos à MÃO-DE-OBRA (item III) e encargos sociais (item II) incidentes sobre e/ou vinculados ao valor dos salários e deverá ser precedida de demonstração analítica que comprove o aumento dos custos;

10.1.2. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva.

10.1.3. Exclusivamente para os valores de mão de obra, os novos valores contratuais retroagem à data de vigência do instrumento que lhe deu causa.

10.2. Será permitido o REAJUSTE do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano a contar da data da última repactuação, para as parcelas da planilha de formação de custos que não tenham seu valor estabelecido em percentual sobre o salário e/ou não tenham valor expresso em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria.

10.2.1. O reajuste abrange a atualização dos valores relativos aos INSUMOS (item IV exceto benefícios previstos expressamente na CCT) que serão atualizados pela variação do IPC-FIPE ocorrida no período, nos termos do item acima.

10.2.2. Incumbirá à CONTRATADA a apresentação do pedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data que terá direito ao reajuste. Findo este prazo, a CONTRATADA não fará jus às diferenças do período sem reajuste que decorrer de seu atraso, concedendo-se o reajuste a partir da data da apresentação do pedido.

10.3. Em relação às hipóteses previstas nos subitens 10.1 e 10.2, o pedido de repactuação e/ou reajuste, obrigatoriamente de iniciativa da CONTRATADA, deverá ser acompanhado:

10.3.1. Da planilha de formação de custos e formação de preços idêntica àquela apresentada por época da licitação, indicando quais fatores sofreram majoração;

10.3.2. Da cópia do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto do pedido.

10.3.3. As repactuações e/ou reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

10.4. O pagamento, quando houver alteração do valor mensal, será feito da seguinte forma:

10.4.1. Se a atualização for devida a partir do 1.º (primeiro) dia do mês, procede-se ao pagamento integral do novo valor;

10.4.2. Se a atualização for devida a partir de outro dia que não seja o 1.º (primeiro), o novo valor será pago “pro rata”, conforme fórmula a seguir:

$$V + \left[\left(\frac{R}{N} \right) \times QDR \right]$$

Onde:

V – valor principal, sem atualização.

R – valor da atualização mensal

N – número real de dias do mês.

QDR – quantidade real de dias a que tem direito o reajuste.

XI. ALTERAÇÃO E RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente, pela CONTRATANTE, ou por acordo entre as partes, somente nos casos previstos no artigo 65, seus incisos e parágrafos, da Lei 8.666/93.

11.2. A rescisão deste Contrato somente se dará na forma e nas hipóteses previstas na Lei n.º 8.666/93.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração de promover a rescisão administrativa do presente Instrumento, em atenção ao artigo 77 da Lei n.º 8.666/93.

11.4. São vedados a manutenção, o aditamento ou a prorrogação do contrato de prestação de serviços com a licitante que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados à Justiça Federal do Paraná, conforme artigo 3º da Resolução 7/2005 do CNJ.

XII. VINCULAÇÃO

12.1. A CONTRATADA vincular-se-á pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 007/10 e pela proposta apresentada, sendo que a CONTRATANTE somente aceitará o serviço da CONTRATADA caso verifique a conformidade entre o que foi cotado e o que foi apresentado no momento da execução do serviço.

12.2. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência de qualquer evento impeditivo da continuidade do contrato.

XIII. PENALIDADES

13.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, a CONTRATADA sujeitar-se-á às penalidades de advertência, suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar

com a Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como a multas pecuniárias, sem prejuízo da rescisão contratual.

13.2. A total inexecução dos compromissos assumidos em função do presente contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, atualizado à data do inadimplemento, adotando-se como índice de variação o IPC-FIPE;

13.2.1. Para efeito do subitem anterior, o valor total do contrato é correspondente ao valor mensal cotado pela empresa para prestação do serviço, multiplicado por 12 (valor anual do contrato).

13.3. A inexecução parcial dos compromissos assumidos em função do presente contrato ou a falta de apresentação de documentos que comprovem a regularidade das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS, sujeitará a CONTRATADA à multa de até 20% (vinte por cento), apurada sobre o valor do(s) mês(es) inadimplido(s) (mês/meses em que o serviço não foi executado de acordo com o presente contrato), atualizada à data do inadimplemento, adotando-se como índice de variação do IPC-FIPE.

13.4. Pelo descumprimento de obrigações acessórias ao contrato, tal como a não apresentação de quaisquer dos documentos pertinentes a este Contrato será cominada multa de 1% (um por cento), calculada sobre o valor mensal da prestação, limitado a 10% (dez por cento).

13.5. Poderão ser aplicadas, ainda, as penalidades previstas na cláusula XII – Penalidades – do Edital, nas demais disposições da Lei n.º 8.666/93 e legislação complementar.

XIV. MORA

14.1. Ocorrendo atraso na execução dos serviços, será aplicada multa de 1% (um por cento), por dia de atraso, observado o limite de 10% (dez por cento).

14.1.1. A multa cominada acima será calculada multiplicando o percentual acima referido pelos aludidos dias e tendo como base de cálculo o valor do mês da prestação em atraso;

14.1.2. O atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar o descumprimento total da obrigação assumida, a interesse da Administração.

14.1.3. A CONTRATADA será notificada da rescisão contratual e aplicação de multa de que trata o subitem anterior.

14.2. No caso de a CONTRATADA prever atraso no início ou na conclusão da prestação dos serviços poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo (de acordo com o § 1º, art. 57, da Lei 8.666/93), prova documental da alegação e que seja protocolizado em até três dias úteis antes do prazo inicialmente avençado.

14.2.1. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a CONTRATADA terá 05 dias úteis, contados do termo final para o início ou conclusão da prestação do objeto ou da intimação do indeferimento, respectivamente, para apresentar recurso administrativo que justifique o atraso, acompanhado de prova.

14.2.1.1. Em havendo recurso, o pagamento será efetuado, ficando o valor correspondente à multa de mora retido até a decisão final.

14.2.1.2. Não havendo recurso, o pagamento será efetuado com recolhimento definitivo da multa de mora após o decurso do prazo para apresentação, ou após a desistência expressa da CONTRATADA na sua interposição.

XV. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1. A execução do presente contrato será regida pelas disposições contidas na Lei n.º 8.666/93 e legislação complementar.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos por mútuo entendimento das partes contratantes e constituirão objeto de termo aditivo ao presente contrato, tudo de acordo com os preceitos da Lei n.º 8.666/93.

XVI. RESPONSABILIDADE CIVIL

16.1. A CONTRATADA assume total responsabilidade por qualquer dano pessoal e/ou material que seus empregados ou prepostos venham a causar aos servidores e/ou patrimônio da CONTRATANTE, a terceiros e/ou ao patrimônio de terceiros, quando da execução do objeto deste contrato.

16.2. A CONTRATADA estipulará o prazo para reparação do(s) dano(s) causado(s), quando cabível.

XVII. RESPONSÁVEL TÉCNICO

17.1. A CONTRATADA indica como responsável técnico pelo serviço objeto deste contrato o Engenheiro Mecânico Sr. Antônio Claus da Costa Mahlmann, inscrito no CREA sob n.º RS – 11844/D.

17.2. A CONTRATANTE indica para representá-la nas atribuições específicas de fiscalização e avaliação da execução do serviço, nos termos deste contrato, os executores do contrato, especificados **na Cláusula II acima.**

XVIII. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.3. Integram este contrato a cópia da proposta da CONTRATADA apresentada por época do Pregão Eletrônico nº 007/10 e seus anexos.

17.4. O pessoal utilizado na execução dos serviços objeto deste contrato não terá qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, sendo de inteira responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas que possam surgir em função da relação empregatícia.

XIX. FORO

19.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Curitiba, para dirimir questões oriundas deste contrato.

E por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, forma e data.

Curitiba, 19 de fevereiro de 2010.

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ – SJPR
Danilo Pereira Júnior
Juiz Federal Diretor do Foro

GOOD SERV DE CLIMATIZAÇÃO LTDA.
Luiz Olmiro Velasques
Sócio-Diretor

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Manutenção Preventiva e Corretiva do Sistema de Ar Condicionado

1 – OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva do **sistema de condicionamento de ar e ventilação** do prédio-sede da Seção Judiciária do Paraná, situado na Avenida Anita Garibaldi, 888, Bairro Ahú, Curitiba/PR, de acordo com as especificações a seguir.

1.1.1. O tratamento químico e do controle de oxidação e incrustação nos circuitos de água por empresa especializada na área, será de responsabilidade da licitante vencedora, devendo estar incluso o seu valor no custo apresentado à Justiça Federal.

Por ocasião da apresentação dos relatórios constantes do item 4. deste Memorial, a empresa deverá fazer constar a data do tratamento, tipo e resultados obtidos, para fins de conferência pelo executor do Contrato.

1.2. A operação e manutenção do sistema de refrigeração e produção de gelo (incluindo programações necessárias e reinstalações do software de gerenciamento CCN), sistema de aquecimento, sistema de ventilação forçada do prédio, bem como seus acessórios ficarão totalmente a cargo da licitante vencedora, devendo ser observado o horário de ponta da energia elétrica definido pela Concessionária local.

1.3 O início dos serviços deverá ocorrer até, no máximo, 10 dias contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços pelo executor do contrato.

2 – SISTEMA DE CONDICIONAMENTO DE AR CENTRAL E VENTILAÇÃO

A descrição sucinta dos sistemas/equipamentos integrantes do objeto ora licitado encontra-se especificada a seguir:

2.1. Central de Água Gelada (CAG):

2.1.1. Dois resfriadores de líquido marca Carrier, modelo 30GXB227386S, de 200 TRs cada um, condensados a ar, com gás refrigerante 134a.

2.1.2. Um Banco de Acumulação de Gelo composto de 2 tanques de gelo 2400 TR.

2.1.3. Três bombas marca Worthington com motores elétricos marca WEG de 40 CV cada um, do circuito de água gelada primário.

2.1.4. Quatro bombas marca Worthington com motores elétricos marca WEG de 25 CV cada um, do circuito de água gelada secundário.

2.1.5. Uma bomba de água de reposição.

2.1.6. Um trocador de calor de placa “paraflow” marca APV South America, modelo TR9GN6.

2.1.7. Quadro Elétrico Geral da Central Térmica e quadros acessórios.

2.2. Distribuição nos andares - do estacionamento ao nono pavimento:

2.2.1. Setenta e seis “fan-coils”, de marca Bryant, com serpentina para água fria e resistência de aquecimento e motor elétrico para circulação forçada do ar.

2.2.2. Redes de dutos de insuflamento, tomadas de ar externo e acessórios.

2.2.3. Redes hidráulicas de produção e distribuição, isoladas com todos os acessórios, tais como válvulas motorizadas, on-off e proporcional, registros, mangotes flexíveis e demais acessórios.

2.2.4. Trinta e oito ventiladores de marca Sulfan de diversos modelos.

2.2.5. Quadros elétricos dos Fan-coils.

2.2.6. Quadros elétricos dos ventiladores das garagens, banheiros e demais ventiladores.

2.2.7. Seis condicionadores de ar do tipo “split-system” modelo “splitão”, fabricação Hitachi, sendo dois de 20 TRs para o conforto térmico do auditório, dois de 15 TRs para o conforto térmico do foyer e dois de 20 TRs para os ambientes do CPD, e seus respectivos quadros elétricos.

2.2.8. Nove condicionadores de ar do tipo “split-system” modelo piso-teto, sendo cinco de fabricação Carrier, um de 4 TRs para a sala central de automação predial e quatro de 3 TRs para as salas dos nobreaks, além de quatro condicionadores de ar de fabricação Hitachi de 3 TRs cada para a sala dos servidores de rede do CPD e seus respectivos quadros elétricos.

2.2.9. Um aparelho condicionador de ar do tipo “self-contained” fabricação Hitachi, de 3,5 TRs para a cela.

2.2.10. Um aparelho condicionador de ar do tipo “janela” fabricação Carrier, de 1,5 TR na sala de controle e operação da CAG – Central de Água Gelada.

2.2.11. Ventiladores, dutos, tomadas de ar e casas de ventilação.

2.2.12. Câmaras frigoríficas existentes na edificação.

2.3. Monitorização:

2.3.1. Sistema de monitorização, via computador, instalado na central de produção de água gelada.

2.4. Pessoal:

2.4.1. Devido ao porte e características da instalação de ar-condicionado do edifício, faz-se necessária a formação de uma equipe de trabalho para atuar diariamente no local, constituída de, no mínimo, **três funcionários qualificados**, ou seja, um oficial mecânico-eletricista especializado em manutenções de Chiller, um oficial mecânico-eletricista e um auxiliar técnico, bem como engenheiro mecânico pleno, todos já devidamente registrados na empresa licitante antes da abertura do certame. A empresa deverá manter no quadro os profissionais com qualificação técnica igual ou superior durante toda a vigência do contrato.

2.4.1.1. A qualificação exigida para o **mecânico-eletricista de Chiller** será que comprove ter realizado curso técnico avançado com Chiller marca Carrier, modelo 30GBX com no mínimo 200 TRs, experiência profissional mínima de 6 (seis) meses com Chiller marca Carrier, modelo 30GBX com no mínimo 200TRs e placa de controle Synopsis Pro Dialog, com bons conhecimentos em sistemas pneumáticos, sistemas de refrigeração, “fan-coils”, “self-contained”, torres de resfriamento e conhecimentos avançados de eletricidade e comando. Deverá possuir ainda experiência em manutenção de instalações prediais ou industriais, com conhecimentos em sistemas elétricos e pneumáticos, instrumentação eletro-mecânica, eletrônica e pneumática, balanceamento de equipamentos e instalações (ar e água) e calibragem. Deverá possuir, ainda, curso de formação técnica para manutenção em Chillers com características iguais ou superiores, realizado pela fabricante do equipamento (Carrier).

2.4.1.2. A qualificação exigida para o **mecânico-eletricista** será que comprove ter realizado curso técnico avançado, com experiência profissional, com bons conhecimentos em sistemas pneumáticos, sistemas de refrigeração, “chillers”, “fan-coils”, “self-contained”, torres de resfriamento e conhecimentos básicos de eletricidade e comando. Deverá possuir ainda, experiência mínima de 03 (três) anos em manutenção de instalações prediais e industriais, com conhecimentos em sistemas elétricos e pneumáticos, instrumentação eletro-mecânica, eletrônica e pneumática, balanceamento de equipamentos e instalações (ar e água) e calibragem.

2.4.1.3. O **auxiliar técnico** deverá possuir conhecimentos básicos em ciclos de refrigeração, limpeza e leitura de instrumentos, com experiência profissional.

2.4.2. A licitante vencedora deverá manter à disposição da SJPR um técnico de nível superior, **engenheiro mecânico sênior** registrado no CREA, com experiência mínima de 6 (seis) meses de atividade profissional (engenheiro pleno ou sênior) o qual será responsável pela

manutenção dos sistemas de ar condicionado e pelo suporte técnico nos assuntos de manutenção dos sistemas (preditiva, preventiva e/ou corretiva), que venham a surgir durante a execução do contrato.

2.4.2.1. Este engenheiro não precisa estar presente diariamente no local de trabalho.

2.4.2.2. Deverá acompanhar e fiscalizar as manutenções (sem custo adicional para a Justiça Federal), onde seja imprescindível a presença de um engenheiro especialista nos sistemas, ou seja, nas manutenções (de quaisquer tipos), nos Chillers (em caso de não funcionamento a mais de 2 horas, sem solução por parte dos funcionários da contratada), no trocador de calor de placa "paraflow" (incluindo limpeza quando necessário), nos tanques de gelo, na rede primária e secundária de água gelada (tubulações, revestimentos e bombas), dos quadros de medição, monitoramento e controle dos chillers, localizados na central de água gelada, na manutenção dos chillers (inclusive troca de peças), no esvaziamento e repletamento do líquido anti-congelante (etilenoglicol) do sistema de ar condicionado, para fins de manutenção das tubulações e válvulas existentes, troca de compressores em aparelhos tipo split-system e self-contained, análise de funcionamento das VAV's e VAC's instaladas na edificação, bem como demais equipamentos existentes na edificação, dentro das prazos estabelecidos no cronograma de manutenção dos sistemas;

2.4.2.3. O custo do engenheiro responsável deverá ser indicado na respectiva planilha de composição de salários, com o custo da hora técnica profissional, contemplando a jornada de trabalho de quatro horas semanais, ou seja, de 16 (dezesseis) horas mensais, necessárias à orientação técnica da equipe de manutenção.

2.4.2.4. O profissional deverá se apresentar ao fiscal/executor do contrato, toda vez que estiver presente para a execução dos serviços contratados, prestando-lhe as informações atualizadas sobre o andamento dos serviços de manutenção, entrega de relatórios e demais ações previstas no Contrato;

2.4.3 A licitante vencedora deverá disponibilizar, sem custo adicional para a Justiça Federal, demais funcionários para a execução dos serviços ora contratados, se a equipe permanente não puder solucionar os problemas constatados.

2.4.4 A Justiça Federal poderá requisitar a licitante vencedora que um de seus empregados realizem a operação da central fora do horário de ponta, à noite, sábados, domingos ou feriados, para verificar a realização de cargas completas de gelo de forma a armazenar energia, na forma de frio, para fazer frente às necessidades durante os períodos de maior carga térmica e durante o horário de ponta, quando serão desligados os grupos resfriadores. Tais horários poderão ser compensados durante a semana seguinte, conforme autorização do executor do contrato da Justiça Federal.

2.4.5. A contratada deverá possuir no momento da licitação e manter em seu quadro de pessoal durante toda a vigência do contrato os profissionais solicitados neste projeto (mecânico eletricista especializado em Chiller, mecânico eletricista, auxiliar técnico e engenheiro mecânico) detentores de conhecimento técnico necessário para a perfeita execução de serviços contidos neste projeto. A comprovação do quadro técnico deverá ser realizada mediante cópias autenticadas da carteira de trabalho ou contrato social, caso seja sócio da empresa.

3 – ROTINAS DE MANUTENÇÃO

Os serviços a seguir especificados deverão ser realizados com a seguinte periodicidade:

3.1 – UNIDADES RESFRIADORAS DE LÍQUIDO – “Chillers” (UR)

3.1.1. Diária:

UR-01- observações de ruídos e vibrações anormais;

UR-02- verificar o funcionamento de sinalizadores operacionais;

Preencher formulário próprio.

3.1.2. Mensal:

- UR-03- verificar vazamentos de óleo, coloração dos indicadores de umidade e reapertar calços e sapatas anti-vibratórias;
- UR-04- verificação do nível de óleo no compressor;
- UR-05- verificar e anotar a pressão do óleo lubrificante;
- UR-06- verificar e anotar as pressões de descarga e sucção;
- UR-07- verificar vazamentos de fluído frigorífico;
- UR-08- verificação do fluxo de refrigerante;
- UR-09- testar pressostatos;
- UR-10- verificar fixação e contato do bulbo termostático das válvulas de expansão;
- UR-11- reapertar conexões elétricas do painel de controle;
- UR-12- executar limpeza geral do painel de controle;
- UR-13- efetuar teste no sistema de recolhimento de gás;
- UR-14- verificar queda de temperatura e/ou pressão na entrada e saída dos filtros secadores, substituir se necessário;
- UR-15- registrar diferença de temperatura de água gelada (entrada/saída);
- UR-16- realizar teste de vazamento de gás;
- UR-17- revisar fiações internas e conexões elétricas;
- UR-18- verificação das correias e alinhamento das mesmas;
- UR-19- verificar e anotar tensão e corrente dos motores;
- UR-20- verificar isolamento e estado geral da unidade;
- UR-21- verificar focos de ferrugem;

3.1.3. Bimestral:

- UR-22- verificar e anotar a perda de pressão na linha de água no condensador e evaporador;
- UR-23- verificação dos controles operacionais e de segurança da unidade;
- UR-24- verificação do nível de vibração;

3.1.4. Semestral:

- UR-25- verificar e registrar, o isolamento elétrico do bobinado dos compressores com o uso de megômetro;
- UR-26- executar limpeza mecânica dos tubos do condensador;
- UR-27- executar a drenagem da água do sistema;
- UR-28- substituição das correias;
- UR-29- inspecionar os contatos de todas as contadoras;

3.1.5. Anual:

- UR-30- testar a atuação da válvula de expansão;
- UR-31- testar estanqueidade de registro de linha e válvula de serviço;
- UR-32- realizar teste de vazamento de gás com detector eletrônico;
- UR-33- analisar impureza e rigidez do óleo dos compressores;
- UR-34- testar estanqueidade de válvulas e palhetas dos compressores;
- UR-35- reaperto geral dos parafusos dos cabeçotes dos compressores, fixação das válvulas de serviço da bomba de óleo.

3.2 – CONDICIONADORES FAN-COILS (FC)

3.2.1. Diária:

FC-01- observação de ruídos e vibrações anormais.

Preencher formulário próprio.

3.2.2. Mensal:

- FC-02- rolamentos - fixação, lubrificação ou substituição (motor ventilador);
- FC-03- alinhamento de acoplamentos mecânicos;
- FC-04- alinhamento e fixação de polias;
- FC-05- ajuste ou substituição de correias;
- FC-06- fixação ou substituição de painéis de isolamento interno;
- FC-07- limpeza da bandeja de condensador;
- FC-08- desobstrução de drenos;
- FC-09- limpeza e desobstrução mecânica de serpentinas, se necessário;
- FC-10- limpeza dos filtros de ar e filtros de água;
- FC-11- registrar temperatura da água na entrada da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta);
- FC-12- registrar temperatura da água na saída da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta);
- FC-13- registrar a pressão da água na entrada da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta);
- FC-14- registrar a pressão da água na saída da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta);
- FC-15- registrar a temperatura do ar na entrada da serpentina;
- FC-16- registrar a temperatura do ar na saída da serpentina;
- FC-17- comparar diferencial de temperatura de água gelada com projeto;
- FC-18- comparar diferencial de pressão da água gelada com projeto;
- FC-19- revisão das fiações internas e conexões elétricas dos motores;
- FC-20- registrar corrente absorvida pelo motor do ventilador e comparar com a corrente de placa;
- FC-21- registrar a tensão de alimentação do motor;
- FC-22- verificar tensão nas correias;
- FC-23- verificar aperto dos parafusos em geral;
- FC-24- verificar bornes e conexões;
- FC-25- verificar focos de ferrugem nos painéis e estrutura;

3.2.3. Bimestral:

FC-26- verificar e anotar nível de vibração nos mancais;

3.2.4. Semestral:

FC-27- verificar aperto das conexões elétricas;

3.2.5. Anual:

FC-28- executar tratamento anti-oxidante e repintura nas bandejas de condensação.

3.3 – VENTILADORES/EXAUSTORES (VE)

3.3.1. Diária:

VE-01- observação de ruídos e vibrações anormais;

Preencher formulário próprio.

3.3.2. Mensal:

VE-02- registrar a corrente absorvida pelo motor do ventilador e comparar com a corrente de placa;

VE-03- registrar tensão de alimentação do motor;

VE-04- mancais de rolamento - fixação, lubrificação ou substituição se necessário (ventilador);

VE-05- alinhamento de acoplamentos mecânicos.

VE-06- verificar alinhamento e fixação de polias;

VE-07- ajuste ou substituição de correias;

VE-08- limpeza de filtros de ar;

VE-09- verificar focos de ferrugem;

VE-10- verificar palhetas dos rotores / pás das hélices;

3.3.3. Trimestral:

VE-11- verificar aperto dos parafusos em geral;

VE-12- verificar isoladores de vibração da base;

3.3.4. Semestral:

VE-13- lubrificar rolamentos do motor;

VE-14- verificar e anotar rotação / vazão de ar;

VE-15- verificar aperto das conexões elétricas.

3.4 – BOMBAS HIDRÁULICAS (BH)

3.4.1. Diária:

BH-01- verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;

Preencher formulário próprio.

3.4.2. Mensal:

BH-02- limpeza geral;

BH-03- registrar a corrente absorvida pelo motor e comparar com a corrente de placa;

BH-04- registrar tensão de alimentação do motor;

BH-05- polir e lubrificar manômetros e conexões;

BH-06- verificar acoplamento, juntas e gaxetas de vedação, substituindo quando necessário;

BH-07- rolamentos – fixação, lubrificação, substituição (motor e bomba);

BH-08- aferir manômetros;

BH-09- verificar e eliminar vazamento de água;

BH-10- verificar e reapertar mangotes e braçadeiras;

BH-11- verificar e completar nível de óleo;

BH-12- limpeza dos filtros;

3.4.3. Trimestral:

BH-12- verificar e registrar a pressão de sucção e recalque;
BH-13- lubrificar e ajustar o alinhamento do conjunto motor/bomba;

3.4.4. Semestral:

BH-14- trocar o óleo da bomba;
BH-15- verificar e eliminar pontos de ferrugem com tinta anticorrosiva e acabamento;

3.4.5. Anual:

BH-16- verificar e registrar, o isolamento elétrico do bobinado do motor com megômetro;
BH-17- examinar existência de cargas eventualmente resultante de esforços das tubulações.

3.5 – QUADROS ELÉTRICOS (QE)

3.5.1. Diária:

QE-01- verificar e testar lâmpadas de sinalização;
QE-02- efetuar a troca de elementos de sinalização avariados;

Preencher formulário próprio.

3.5.2. Mensal:

QE-03- verificar voltagem de operação e controles;
QE-04- verificar estado geral dos componentes;
QE-05- regular relé - térmico;
QE-06- verificação da cordoalha de aterramento do acionamento manual da seccionadora tripolar;
QE-07- limpeza das porcelanas do transformador de potencial;
QE-08- limpeza dos isoladores do disjuntor;
QE-09- limpeza das porcelanas do transformador de corrente;

3.5.3. Bimestral:

QE-10- limpar internamente os quadros com jato de ar seco ou nitrogênio;
QE-11- verificar aperto dos terminais;
QE-12- verificar calibragem do relé de tempo;
QE-13- aferir instrumentos medidores - voltímetros, amperímetros, etc. (onde houver);

3.5.4. Trimestral:

QE-14- alinhamento do conjunto de contatos móveis da seccionadora tripolar;
QE-15- ajuste dos limitadores mecânicos de abertura e fechamento da seccionadora tripolar;
QE-16- inspeção, limpeza e ajuste no mecanismo de acionamento motorizado da seccionadora tripolar;
QE-17- limpeza dos isoladores da seccionadora tripolar;
QE-18- reaperto das conexões existentes no transformador de potencial;
QE-19- reaperto das conexões existentes no transformador de corrente;
QE-20- verificação da relação de transformação de corrente do transformador de corrente;

3.5.5. Semestral:

- QE-21- verificar estado dos contatos dos contatores principais;
- QE-22- verificar a tensão da mola dos contatos;
- QE-23- verificar estado dos contatos dos contatores secundários;
- QE-24- revisão do amortecedor de fechamento do disjuntor;
- QE-25- revisão do mecanismo de acionamento do disjuntor;
- QE-26- lubrificação das articulações do disjuntor;
- QE-27- limpeza das porcelanas das buchas de AT e BT do disjuntor;
- QE-28- inspeção visual dos disjuntores de média tensão;
- QE-29- limpeza dos isoladores suportes dos barramentos de média tensão;
- QE-30- reaperto das conexões dos barramentos de média tensão;
- QE-31- verificar elementos de fixações mecânicas - dobradiças, puxadores e fechos;
- QE-32- verificar fixação dos componentes do quadro (contatores, relés, bases, etc.);
- QE-33- verificar todos os acionamentos mecânicos - manoplas de seccionadoras, disjuntores- se operam corretamente;
- QE-34- executar limpeza de bornes e contatos com tetracloreto de carbono;
- QE-35- substituir bornes e contatos avariados;
- QE-36- limpar câmaras de extinção de arcos, bobinas e núcleos magnéticos de contadoras, se necessário substituir;
- QE-37- verificar sobreaquecimentos de fios e cabos, nas suas extremidades e ao longo de seu percurso;
- QE-38- verificar se identificação de fios e cabos correspondem ao projeto;
- QE-39- testar a operação e regulação dos relés de tempo de partida das ligações estrela-triângulo;
- QE-40- registrar a tensão de operação.
- QE-41- verificar a regulação dos relés térmicos e comparar com a indicada em projeto - ajustar se necessário;
- QE-42- verificar condições de aterramento;
- QE-43- reapertar sapatas de conexão aos cabos;
- QE-44- reapertar os isoladores do barramento.

3.5.6. Anual:

- QE-45- medição da relação de transformação de tensões do transformador de força;
- QE-46- verificação de equipamentos de supervisão e acessórios do transformador de força.

3.6 – MOTORES ELÉTRICOS (ME)

3.6.1. Diária:

- ME-01- observação de ruídos e vibrações anormais;

Preencher formulário próprio.

3.6.2. Mensal:

- ME-01- limpeza geral;
- ME-02- verificar aquecimento do motor;
- ME-03- medir tensão de alimentação;
- ME-04- medir corrente elétrica;

ME-05- inspecionar chaves elétricas, relés de sobrecarga e medição;
ME-06- reapertar as conexões elétricas;

3.6.3. Semestral:

ME-07- repetir a manutenção mensal;
ME-08- verificar e eliminar pontos de ferrugem;
ME-09- verificar eletrodutos e conduítes;
ME-10- verificar e ajustar relé térmico;
ME-11- verificar a resistência de isolamento do motor. Caso necessário, limpá-lo internamente.

3.7 – CONDICIONADORES DE AR “SPLIT-SYSTEM” (SS)

3.7.1. GABINETE

3.7.1.1. Mensal:

SS-01- promover a limpeza dos painéis;
SS-02- verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais ao funcionamento;
SS-03- ajustar fechos e parafusos dos painéis;
SS-04- ajustar aletas defletoras de insuflamento quando o equipamento possuir plenum.

3.7.1.2. Trimestral:

SS-05- verificar e eliminar danos na pintura e pontos de ferrugem;
SS-06- verificar isolamento do gabinete;
SS-07- lavar o gabinete.

3.7.2. COMPRESSOR(ES)

3.7.2.1. Mensal:

SS-08- medir a pressão de sucção;
SS-09- medir a pressão de descarga;
SS-10- verificar o funcionamento do aquecedor de cárter;
SS-11- medir tensão de alimentação;
SS-12- medir a corrente elétrica.

3.7.2.2. Semestral:

SS-13- verificar o filtro secador;
SS-14- verificar o funcionamento de válvula de expansão;
SS-15- verificar a pressão de bomba de óleo (caso o compressor seja semi-hermético);
SS-16- verificar o estado dos coxins de borracha.

3.7.3. VENTILADOR(ES) DO EQUIPAMENTO

3.7.3.1. Mensal:

SS-17- verificar a tensão elétrica dos motores;
SS-18- verificar a corrente elétrica dos motores;
SS-19- verificar e ajustar a tensão das correias;

3.7.3.2. Trimestral:

SS-20- verificar alinhamento e desgaste de correias;
SS-21- verificar alinhamento e fixação das polias;
SS-22- promover a limpeza do rotor e voluta;
SS-23- reapertar parafusos dos mancais e suportes.

3.7.4. SERPENTINA DO EVAPORADOR

3.7.4.1. Mensal:

SS-24- desobstruir dreno;
SS-25- limpar bandeja de condensado.

3.7.4.2. Trimestral:

SS-26- corrigir espaçamento das aletas;
SS-27- promover a limpeza da serpentina.

3.7.5. CONDENSADOR DE AR

3.7.5.1. Mensal:

SS-28- limpeza do dreno;
SS-29- limpeza da bandeja de condensado.

3.7.5.2. Trimestral:

SS-30- corrigir espaçamento das aletas;
SS-31- limpeza da serpentina.

3.7.6. FILTROS DE AR

3.7.6.1. Mensal:

SS-32- inspecionar e limpar.

3.7.7. COMPONENTES ELÉTRICOS

3.7.7.1. Mensal:

SS-33- verificar apertos, contatos e limpeza dos mesmos;
SS-34- verificar atuação e sinalização do painel de comando;
SS-35- verificar sistema comutador de partida;
SS-36- verificar tensão, correntes e desbalanceamento entre fases;
SS-37- verificar aquecimento dos motores;
SS-38- verificar atuação e regulação do termostato.

3.7.7.2. Trimestral:

SS-39- verificar aperto e contato dos bornes e conexões;
SS-40- verificar e completar nível de óleo;

SS-41- verificar e ajustar chaves, disjuntores magnéticos, fusíveis e relés térmicos.

3.7.8. CIRCUITO REFRIGERANTE

3.7.8.1. Mensal:

SS-42- verificar estanqueidade do sistema frigorígeno e corrigi-lo se necessário;
SS-43- verificar visor de líquido, quanto a sujeira, umidade e falta de gás, tomando as providências necessárias;
SS-44- verificar isolamento das tubulações.

3.7.8.2. Trimestral:

SS-45- medir e ajustar o superaquecimento;
SS-46- medir e ajustar o sub-resfriamento.

3.8 – REDE HIDRÁULICA (RH)

3.8.1. TUBULAÇÃO

3.8.1.1. Mensal:

RH-01- limpeza geral;
RH-02- verificar e eliminar vazamentos de água;
RH-03- verificar o isolamento térmico (quando existir);
RH-04- verificar e reapertar mangotes e braçadeiras;
RH-05- verificar drenos e purgadores de ar, eliminando todo o ar da tubulação visando evitar danos às válvulas e barulho aos usuários.

3.8.1.2. Trimestral:

RH-06- verificar e ajustar suportes;
RH-07- verificar e reapertar flanges e conexões.

3.8.1.3. Semestral:

RH-08- eliminar focos de ferrugem e oxidação, promovendo a raspagem e pintura anti-corrosiva e acabamento (suportes e tubulação).

3.8.2. VÁLVULAS E ACESSÓRIOS

3.8.2.1. Mensal:

RH-09- limpar os filtros “Y”;
RH-10- manobrar todas as válvulas do início até o fim de curso;
RH-11- verificar e eliminar vazamentos;
RH-12- verificar a atuação dos controles automáticos.

3.8.2.2. Semestral:

RH-13- reapertar todas as juntas e conexões;
RH-14- eliminar pontos de ferrugem com raspagem, tinta anti-corrosiva e acabamento;
RH-15- verificar a vazão e perda de pressão nas válvulas.

3.8.3. FILTROS DE ÁGUA

3.8.3.1. Mensal:

RH-16- limpeza.

3.8.4. FILTROS DE AR

3.8.4.1. Mensal:

RH-17- limpeza;

RH-18- verificação de focos de ferrugem nas estruturas das armações.

3.9 – CÂMARAS FRIGORÍFICAS (CF)

3.9.1. GERAL

3.9.1.1. Mensal:

CF-01- limpeza geral de todos os equipamentos que constituem as câmaras frigoríficas;

3.9.2. MOTOR ELÉTRICO

3.9.2.1. Mensal:

CF-02- verificar possíveis desgastes do equipamento e o sentido de giro (anti-horário, rotação correta).

3.9.2.2. Trimestral:

CF-03- lubrificação das buchas dos mancais e motor.

3.9.2.3. Semestral:

CF-04- verificar correia e hélice, reparar parafusos de fixação à base;

CF-05- eliminar focos de ferrugem e oxidação, promovendo a raspagem e pintura anti-corrosiva e acabamento (suportes inclusive).

3.9.3. CONDENSADOR

3.9.3.1. Trimestral:

CF-06- limpeza das aletas de refrigeração.

3.9.4. REDE FRIGORÍFICA

3.9.4.1. Anual:

CF-07- verificar a ocorrência de vazamentos.

3.9.5. PORTAS

3.9.5.1. Trimestral:

CF-08- ajustar a pressão dos trincos e lubrificar.

3.9.5.2. Bienal:

CF-09- Trocar gaxetas de vedação.

3.9.6. COMPRESSOR

3.9.6.1. Trimestral:

CF-10- verificar o nível do óleo e completar com óleo mineral neutro incongelável;

CF-11- verificar a tensão da correia do conjunto e reapertar se necessário.

3.9.6.2. Semestral:

CF-12- reapertar os parafusos do cabeçote para evitar vazamentos;

CF-13- reapertar os parafusos de fixação da base.

3.9.6.3. Quinquenal:

CF-14- revisão geral da máquina verificando folgas, desgastes e troca de juntas.

3.9.7. REVESTIMENTO

3.9.7.1. Anual:

CF-15- reforçar a calafetação das juntas das placas.

3.9.8. COMANDO ELÉTRICO

3.9.8.1. Trimestral:

CF-16- regular os programadores de tempo de descongelamento de cada câmara.

3.9.8.2. Semestral:

CF-17- regular os termostatos para temperatura ideal de cada câmara.

3.9.9. EVAPORADOR

3.9.9.1. Quinzenal:

CF-18- descongelar quando for sistema de gelo natural.

4. CONSIDERAÇÕES DIVERSAS

A licitante vencedora, na execução dos serviços ora licitados, deverá:

4.1. DOS CHAMADOS TÉCNICOS:

4.1.1. A contratada deverá executar os serviços para corrigir todos os eventuais problemas ocorridos no funcionamento do sistema de ar condicionado.

4.1.2. Deverá atender, no prazo máximo de 02 (duas) horas, todos os chamados feitos em dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 19h, para prestar serviços de emergência a qualquer equipamento ou componentes da instalação.

4.1.3. O chamado para manutenção corretiva poderá ser feito de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 19h, ou aos finais de semana em casos emergenciais, em especial nos procedimentos que exigirem o desligamento do sistema ou em caso de incapacidade de reparo pela empresa durante a semana, sendo possível a compensação das horas trabalhadas pelos empregados até o mês subsequente à prestação do serviço, desde que aprovada pelo executor do contrato da Justiça Federal, visando a não interrupção na prestação dos serviços.

4.1.4. A contratada deverá fornecer laudo com descritivo do(s) problema(s) e peça(s) defeituosa(s), bem como cotação de preços do material necessário para solução do defeito, em no máximo 24h após a detecção do problema, para todo o material de reposição, produtos e peças necessários para corrigir eventuais problemas no funcionamento do sistema de ar condicionado, com a correta discriminação da(s) peça(s) danificada(s). Tal procedimento se faz necessário, para que a Contratante possa realizar estudo comparativo de preços junto ao mercado, a fim de garantir a aquisição da(s) peça(s) pelo menor custo.

4.1.5. O laudo fornecido à Justiça Federal servirá como base para a contratação dos materiais e peças a serem adquiridos, ficando a contratada inteiramente responsável no caso de aquisição de peças equivocadas ou desnecessárias pela Justiça Federal, cabendo o ressarcimento para a contratante de todo material adquirido equivocadamente.

4.1.6. Sempre que necessária a troca de peças dos equipamentos, **deverá ser previamente aprovada pelo Setor de Conservação Predial.**

4.1.7. A contratada deverá prestar os serviços de manutenção preventiva, utilizando-se dos profissionais da equipe de trabalho descrita neste Memorial, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:30h às 19h (a contratada deverá organizar com o executor do contrato o horário de entrada e saída dos funcionários de acordo com a necessidade da Justiça Federal, de modo a manter o atendimento no horário constante neste item, sem alteração da carga horária legal).

4.1.8. Preencher, a cada chamado corretivo, uma ordem de serviço especificando o trabalho exigido pela Justiça Federal e o realmente executado, comprovando, assim, a execução dos trabalhos.

4.1.9. A contratada deverá emitir **Relatório Mensal** referente a cada andar, bem como sobre as instalações comuns ao sistema geral de ar condicionado, seguindo as rotinas de manutenção mencionadas no item 3 deste Memorial.

4.1.10. **Apresentar até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços:**

4.1.10.1. Relatórios diários das manutenções corretivas executadas;

4.1.10.2. Relatórios das manutenções preventivas efetuadas durante o mês, informando os serviços executados e os dias em que tais manutenções ocorreram.

4.1.11. Manter no local de execução dos serviços o livro "Diário de Ocorrências" com folhas devidamente numeradas, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos, tais como indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, restrições a respeito do desempenho das equipes de instalação e testes, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos trabalhos, assuntos que requeiram providências de ambas as partes, etc., ficando à disposição da Justiça Federal sempre que necessário.

4.2. DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DA CONTRATADA

4.2.1. Realizar, por intermédio de seu departamento de ASSISTÊNCIA TÉCNICA, serviços de vistorias gerais e inspeções periódicas de manutenção dos equipamentos constantes do item 2 deste Memorial e demais elementos necessários ao perfeito

funcionamento do sistema de ar condicionado e ventilação mecânica.

4.2.2. Providenciar as revisões periódicas exigidas pelos fabricantes.

4.2.3. Providenciar para que os serviços sejam executados por profissionais tecnicamente especializados e em consonância com as recomendações emanadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

4.2.4. Observar as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho.

4.2.5. Fornecer a seu pessoal todos os equipamentos de proteção individual e coletiva no trabalho.

4.2.6. Fornecer a seus empregados uniforme, crachás e demais acessórios de uso pessoal.

4.2.7. Fornecer sem custo adicional para a Justiça Federal todos os materiais necessários aos serviços de manutenção preventiva, tais como: graxas, óleos, solventes, lubrificantes em geral, tintas, lixas, produtos anti-ferrugem, estopas, equipamentos de pintura e todo e qualquer material necessário à limpeza dos equipamentos.

4.2.8. Fornecer, sem custo adicional para a Justiça Federal, os equipamentos necessários para a realização de todos os serviços constantes neste projeto, incluindo ferramentas, paletas, guinchos ou elevadores de carga (se necessários, para transporte ou retirada de materiais ou equipamentos pesados, tais como compressores dos Chillers ou splits, eventualmente instalados em locais de difícil acesso), bem como demais equipamentos que entender imperativo para o perfeito cumprimento do contrato. O transporte das peças ou materiais novos para substituição até o equipamento defeituoso deverá ser realizado pela contratada, seguindo os procedimentos de segurança necessários e observada as recomendações do Supervisor da Seção de Engenharia, bem como do executor do contrato da Justiça Federal, em especial quando houver peças com peso superior a 150kg.

4.2.8.1. A Justiça Federal entregará à contratada as peças ou materiais novos (para manutenção nos equipamentos) dentro da edificação da Justiça Federal, situada a Rua Anita Garibaldi, 888. Caberá a contratada o transporte das peças ou materiais novos do local de entrega até ao equipamento defeituoso, bem como o transporte das peças ou materiais defeituosos até local na edificação, determinado pelo executor do contrato da Justiça Federal.

4.2.9. Promover o afastamento e substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados, sempre que solicitado pela Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná.

4.2.10. Fazer com que seus empregados se submetam, durante o tempo de permanência nas dependências da Justiça Federal, aos regulamentos de segurança e disciplina por esta baixados.

4.2.11. Cumprir os acordos e convenções coletivas, firmados com o sindicato de seus empregados.

4.2.12. Eventualmente, um operador deverá acompanhar fases da fabricação de carga completa de gelo, programada diariamente através do sistema para fazer frente às necessidades de energia acumulada na forma de gelo durante os dias mais quentes e horários de ponta de energia elétrica, visando a verificação do correto funcionamento dos equipamentos, sendo possível a compensação durante a semana seguinte, mediante autorização do executor do contrato da Justiça Federal.

4.2.13. Disponibilizar telefone celular para acionamento de equipe de plantão para atendimento, tanto nos casos de emergência quanto de necessidade no funcionamento da central que porventura se verificarem fora dos dias e horários normais de trabalho, sempre que solicitado pela Justiça Federal e sem custo adicional para esta, sendo possível a compensação das horas trabalhadas pelos empregados até o mês subsequente à prestação do serviço, desde que aprovada pelo executor do contrato da Justiça Federal, visando a não interrupção na prestação dos serviços.

4.2.14. Observar, na execução dos serviços contratados, as exigências dos fabricantes, as normas técnicas vigentes a respeito, bem como as especificações que vierem a ser emitidas pela Seção Judiciária do Paraná, através do responsável pela fiscalização

deste contrato.

4.2.15. Remover do local dos serviços todo o entulho e materiais não utilizados na execução dos trabalhos.

4.2.16. Comunicar imediatamente à Justiça Federal qualquer irregularidade constatada no funcionamento dos equipamentos, providenciando a execução dos serviços que julgar necessários para a segurança e bom funcionamento dos aparelhos.

4.2.17. Elaborar e apresentar à Justiça Federal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data da assinatura do contrato, prontuário de todas as instalações e equipamentos cuja manutenção esteja sob sua responsabilidade, além de uma relação de peças sobressalentes com custos para eventual aquisição pela Justiça Federal, para a manutenção de um estoque mínimo visando o atendimento de eventuais emergências.

4.2.18. **A manutenção preventiva deverá seguir rigorosamente as determinações da Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que deve ser aplicada em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica NBR 13.971 - Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação - Manutenção Programada da ABNT, assim como aos edifícios da Administração Pública Federal o disposto no capítulo Práticas de Manutenção, Anexo 3, itens 2.6.3 e 2.6.4 da Portaria nº 2.296/97, de 23 de julho de 1997, Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE. O somatório das práticas de manutenção para garantia do ar e manutenção programada visando o bom funcionamento e desempenho térmico dos sistemas, permitirá o correto controle dos ajustes das variáveis de manutenção e controle dos poluentes dos ambientes.**

4.2.19. As principais determinações da Portaria nº 3.523/98, do Ministério da Saúde, são as seguintes:

4.2.19.1. Manter limpos os componentes do sistema de climatização, tais como bandejas, serpentinas, ventiladores, umidificadores e dutos, de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno;

4.2.19.2. Utilizar na limpeza dos componentes do sistema de climatização, produtos biodegradáveis, devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;

4.2.19.3. Restringir a utilização do compartimento onde está instalada a caixa de mistura do ar de retorno e ar de renovação ao uso exclusivo do sistema de climatização. É proibido conter, no mesmo compartimento, materiais, produtos e utensílios;

4.2.19.4. Garantir a adequada renovação do ar interior dos ambientes, ou seja, 27 m³/h/pessoa;

Descartar os resíduos sólidos retirados do sistema de climatização, após a limpeza, acondicionando-os em sacos de material resistente e de porosidade adequada, para evitar o espalhamento de partículas inaláveis. Ainda, deverão ser observadas pela Contratada as medidas de:

4.2.19.5. Verificar periodicamente as condições físicas dos filtros e mantidos em condições de operação, promovendo-se a sua substituição quando necessária;

4.2.19.6. Preservar a captação de ar externo livre de possíveis fontes poluentes externas que apresentem riscos à saúde humana, sendo dotada no mínimo de filtro classe G1, conforme as especificações da norma aplicável;

4.2.19.7. Disponibilizar o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC;

4.2.19.8. Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle aos ocupantes.

4.2.20. Todos os produtos utilizados na limpeza dos componentes dos sistemas de climatização devem ser biodegradáveis e estar devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.

4.2.21. Toda verificação deve ser seguida dos procedimentos necessários para o funcionamento correto do sistema de climatização.

4.2.22. Estão incluídos, ainda, nos serviços ora contratados, as inspeções e manutenção dos demais equipamentos instalados em conjunto, com o objeto deste contrato, tais como, bombas de água gelada, unidades climatizadoras (fan-coil), sistema elétrico, sistema de ventilação (incluindo motores) e outros porventura existentes.

4.2.23. Todos os reparos, serviços extras e atendimentos de emergência, estão incluídos nos serviços de vistorias gerais e inspeções periódicas de manutenção.

4.2.24. **Tanto a manutenção preventiva quanto a corretiva serão realizadas nos locais em que os equipamentos estejam instalados.**

4.2.25. A licitante vencedora terá prazo máximo de 12h (doze horas) para concluir os trabalhos de manutenção corretiva que venham a ser solicitados.

4.2.26. O prazo de que trata o item anterior poderá, mediante solicitação escrita da licitante vencedora e à vista do grau de dificuldade apresentado pelo serviço, ser prorrogado em até 10 (dez) dias úteis, de acordo com a análise do executor do contrato da Justiça Federal.

4.2.27. O pedido de prorrogação deverá ser formulado em no máximo 3 (três) horas antes do transcurso do prazo estipulado para conclusão do serviço.

4.2.28. Caso haja necessidade de retirada de equipamentos ou de componentes dos sistemas para conserto, a licitante vencedora comunicará o fato ao servidor da Justiça Federal responsável pelo acompanhamento dos serviços que, após constatar tal necessidade, autorizará a saída.

4.2.29. Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a licitante vencedora comunicará o fato à Justiça Federal através de laudo, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias com vistas a solucionar o problema.

4.2.30. Se durante a execução dos serviços a licitante vencedora verificar a necessidade de aplicação de gás, peças, acessórios e/ou troca de componentes, deverá informar o fato ao responsável pela fiscalização da execução do contrato.

4.2.31. Caberá à licitante vencedora fornecer toda e qualquer ferramenta e/ou instrumentos e aparelhos necessários à execução dos serviços constantes neste memorial.

4.2.32. A licitante vencedora responsabiliza-se pelo depósito dos materiais, produtos, ferramentas e equipamentos alocados para execução dos serviços, não cabendo à Justiça Federal, qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer.

4.2.33. A licitante vencedora deverá efetuar a limpeza das áreas referentes às Instalações.

4.2.34. A licitante vencedora inicialmente deverá reunir-se com o executor do contrato, quando deverá apresentar o cronograma de serviços constantes do Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) elaborado conforme determinação da Portaria nº 3.523/98, do Ministério da Saúde.

4.2.35. As eventuais modificações nas tarefas e em sua periodicidade serão implementadas pelo departamento de Engenharia da Contratada, em conjunto com a Justiça Federal, porém respeitando-se os requisitos mínimos estabelecidos pela Portaria nº 3.523/98, do Ministério da Saúde e pela Norma NBR 13971 da ABNT, visando atender à características específicas de equipamentos, ambientes e monitoramento do sistema instalado.

4.2.36. Para a realização dos testes, inspeções e regulagem, deverão ser utilizados, no mínimo, os seguintes instrumentos e equipamentos, disponibilizados pela Contratada:

- 4.2.36.1. psicômetro;
- 4.2.36.2. anemômetro com ventoinha;
- 4.2.36.3. termômetro eletrônico de 5 pontas;
- 4.2.36.4. termômetro;
- 4.2.36.5. termo-higrógrafo;
- 4.2.36.6. velômetro;
- 4.2.36.7. tacômetro;
- 4.2.36.8. trena;

- 4.2.36.9. paquímetro;
- 4.2.36.10. micrômetro;
- 4.2.36.11. imicron;
- 4.2.36.12. torquímetro;
- 4.2.36.13. analisador de vibrações;
- 4.2.36.14. conjunto de manômetros com Manifold Imperial;
- 4.2.36.15. carregador de gás;
- 4.2.36.16. bomba de alto vácuo;
- 4.2.36.17. detector de vazamento;
- 4.2.36.18. detectores de vazamento de fases halogêneos;
- 4.2.36.19. medidor de espessura de camada de pintura;
- 4.2.36.20. nível de base;
- 4.2.36.21. régua metálica;
- 4.2.36.22. relógio comparador;
- 4.2.36.23. manômetros;
- 4.2.36.24. manovacuômetros;
- 4.2.36.25. vacuômetro;
- 4.2.36.26. medidor de nível sonoro;
- 4.2.36.27. alicate medidor de potência;
- 4.2.36.28. amperímetro tipo alicate;
- 4.2.36.29. voltímetro;
- 4.2.36.30. wattímetro trifásico;
- 4.2.36.31. miliamperímetro;
- 4.2.36.32. aparelho multiteste;
- 4.2.36.33. ohmímetro;
- 4.2.36.34. megômetro.

4.2.37. A Contratada deverá, com base no relatório técnico de análise da qualidade do ar interior, responsabilizar-se pelas medidas corretivas, tais como a limpeza dos dutos, desacarização e descontaminação do sistema.

4.2.38. Todas as manutenções realizadas pela contratada deverão seguir rigidamente os procedimentos de manutenção previstos pela fabricante dos equipamentos (Carrier), visando evitar quaisquer problemas técnicos ou perdas de rendimento devido a alterações por manutenções ou procedimentos irregulares, sendo a contratada responsabilizada em casos de imperícia ou imprudência ou negligência.

4.2.39. A contratada deverá acompanhar os serviços terceirizados contratados pela Justiça Federal, quando envolver o sistema de conforto térmico, visando o perfeito funcionamento do sistema após a execução dos serviços.

4.2.40. A configuração de lógica de todo o sistema (horário de inicialização e desligamento diários, temperatura, pressão, alarmes, comunicação entre as máquinas e o servidor CCN, etc) será de responsabilidade da contratada, seguindo os padrões previamente estabelecido pela Justiça Federal.

4.2.41. Em caso de necessidade de reinstalação do software de controle CCN, a contratada deverá realizar todos o procedimento de reinstalação. A Justiça Federal fornecerá o software disponibilizado pela fabricante do equipamento, mas ficará a cargo da contratada a obtenção de quaisquer software ou materiais necessários para realizar a reinstalação do sistema viabilizando o perfeito funcionamento do mesmo.

4.2.42. A contratada deverá realizar, quando necessário, limpeza química das tubulações (toda a rede hidráulica de fan-coils e chillers, inclusive reservatórios de água), quando necessária, incluindo o escoamento e substituição da água deverá ser realizada pela contratada, ficando a cargo da Justiça Federal a aquisição dos produtos químicos ou peças necessários (informados pela contratada). Todo o ferramental para execução dos serviços será de responsabilidade da contratada. A execução dos serviços deverá ser realizada pela contratada entre as 20:00h sexta-feira e 23:59h de domingo (52 horas corridas), conforme

agendamento realizado pela Justiça Federal, sem quaisquer custos adicionais para a contratante, sendo possível a compensação das horas trabalhadas pelos empregados até o mês subsequente à prestação do serviço. **O sistema de conforto térmico da edificação deverá estar totalmente funcional até as 00:00h da segunda-feira imediatamente subsequente a execução dos serviços, sob pena de multa pela inexecução parcial do contrato, no importe de até 20% do seu valor mensal.**

4.2.43. A contratada deverá realizar, quando necessário, procedimento de envareamento do(s) Chiller(s), ficando a cargo da Justiça Federal apenas a aquisição dos produtos químicos ou peças necessários ao procedimento (informados pela contratada). Todo o ferramental para execução dos serviços será de responsabilidade da contratada. A execução dos serviços deverá ser realizada pela contratada entre as 20:00h sexta-feira e 23:59h de domingo, conforme agendamento realizado pela Justiça Federal, sem quaisquer custos adicionais para a contratante, sendo possível a compensação das horas trabalhadas pelos empregados até o mês subsequente à prestação do serviço. **O sistema de conforto térmico da edificação deverá estar totalmente funcional até as 00:00h da segunda-feira imediatamente subsequente a execução dos serviços, sob pena de multa pela inexecução parcial do contrato, no importe de até 20% do seu valor mensal.**

4.2.44. Será de responsabilidade da contratada a retirada e desfazimento dos gases e resíduos líquidos e sólidos dos equipamentos (gás refrigerante, óleo, filtros de ar, correias, etc.), necessários devido a realização das manutenções. A contratada deverá realizar o desfazimento de acordo com os procedimentos previstos nas normas ambientais vigentes, encaminhando para o executor do contrato, quando executado o procedimento, o termo de entrega do material para a empresa recicladora/recolhedora.

4.2.45. A contratada deverá possuir o devido registro no Ibama (ou Órgão(s) responsável(is)) para a aquisição e operação de materiais controlados, tais como gás refrigerante.

4.2.46. A contratada será responsabilizada por quaisquer manutenções (incluindo aquisição de peças) realizadas sem necessidade pela Justiça Federal, de acordo com relatórios técnicos fornecidos pela contratada. O valor das peças e manutenções contratadas indevidamente deverá ser ressarcido pela contratada à Justiça Federal do Paraná.

4.2.47. A contratada será responsabilizada por quaisquer danos à edificação, materiais ou equipamentos da Justiça Federal, ocasionados pelos seus empregados, ficando a cargo da CONTRATADA a substituição do material ou equipamento (por outro de especificação igual ou superior) ou reparo do dano causado à edificação.

4.2.48. A contratada será responsável por emitir ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) sempre que necessário, conforme orientações do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) e normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), nas atividades relacionadas às manutenções das dependências da Justiça Federal em Curitiba, com a periodicidade de recolhimento conforme a natureza do trabalho efetuado, (anual para prestação dos serviços, mensal em caso de serviços esporádico tais como utilização de balancim, etc., conforme orientação do CREA).

4.2.49. Em caso de atraso ou falta dos funcionários sem a devida substituição, a CONTRATANTE poderá descontar da CONTRATADA o valor equivalente à(s) hora(s) faltante(s) do referido empregado, de acordo com a planilha de formação de custos apresentada pela contratada no momento da licitação;

5. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

5.1 A licitante deverá realizar **vistoria técnica** prévia dos equipamentos existentes, devendo esta ser realizada até 24h antes da abertura do certame, devendo ser agendada com o Supervisor do Setor de Manutenção Predial em Curitiba, no telefone (41) 3313-4429.

5.2 Para comprovação da capacidade técnica do profissional “um oficial mecânico-eletricista

especializado em manutenções de Chiller” a licitante deverá apresentar declaração fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, o qual será verificado no momento da licitação, declarando expressamente as características do equipamento em que o profissional atuou, possuindo este características iguais ou superiores aquelas do equipamento instalado nas edificações da Justiça Federal (Chiller modelo 30GBX.227.386.S com placa de controle Synopsis Pro Dialog, trocador de calor tipo placa paraflow, banco de Acumulação de Gelo, bombas com motores elétricos e sistema de controle e monitorização CCN).

5.3 Para comprovação da capacidade técnica do profissional “Oficial mecânico-eletricista” a licitante deverá apresentar declaração fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, o qual será verificado no momento da licitação, declarando expressamente as características do equipamento em que o profissional atuou, possuindo este características iguais ou superiores aquelas dos equipamentos instalado nas edificações da Justiça Federal (central de água gelada, com Chillers e banco de acumulação de gelo e respectivo sistema de controle, bombas elétricas, placa trocadora de calor "paraflow", fan-coils com serpentina para água fria e resistência para aquecimento, sistema split-system e respectivos quadros elétricos e de comando).

5.4 Para comprovação da capacidade técnica do profissional “Auxiliar Técnico” a licitante deverá apresentar declaração, fornecida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, o qual será verificado no momento da licitação, declarando expressamente as características do equipamento em que o profissional atuou, possuindo este características iguais ou superiores aquelas do equipamento instalado nas edificações da Justiça Federal (central de água gelada, com Chillers e banco de acumulação de gelo e respectivo sistema de controle, bombas elétricas, placa trocadora de calor "paraflow", fan-coils com serpentina para água fria e resistência para aquecimento, sistema split-system e respectivos quadros elétricos e de comando).

5.5 Para comprovação da capacidade técnica do profissional “Engenheiro Mecânico Pleno” ou “Engenheiro Mecânico Senior” a licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, referente a execução de serviços de manutenção em equipamentos de ar condicionado com equipamento Chiller com características similares e capacidade igual ou superior a existente na edificação da Justiça Federal, o qual será verificado no momento da licitação. Deverá ainda encaminhar registro do profissional com formação de nível superior na área de Engenharia Mecânica, devidamente credenciado junto ao CREA (devidamente comprovado), que assinará a Anotação de Responsabilidade Técnica, como responsável técnico pela manutenção de todos os sistemas cobertos pelo contrato.

5.6 Para comprovação do curso de formação técnica realizado pela fabricante do equipamento (Carrier) para o profissional “um oficial mecânico-eletricista especializado em manutenções de Chiller”, a licitante deverá apresentar cópia do certificado, para verificação durante o certame.

5.7 Declaração de que a licitante possui pessoal com plenos conhecimentos sobre sistemas de termo-acumulação, estando aptos a prestar manutenção e controle dos mesmos.

Antonio Nerton de Souza
Setor Manutenção Predal